

Apresentação do Presidente Roberto Campos Neto no LIDE Brazil Development Forum

[Clique](#) para ver a apresentação do Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, no LIDE Brazil Development Forum, promovido pelo LIDE (Grupo de Líderes Empresariais), em Washington DC, EUA.

BC divulga “Relatório de Gestão do Pix - Concepção e primeiros anos de funcionamento 2020-2022” nessa segunda-feira (04/09)

O Banco Central vai publicar em seu site, às 10 horas, dessa segunda-feira (4/9), o “Relatório de Gestão do Pix - Concepção e primeiros anos de funcionamento 2020-2022”.

O documento traz uma radiografia do serviço de pagamento instantâneo criado pelo BC. Ele está estruturado nos seguintes tópicos: da idealização à implementação; evolução do Pix no biênio 2021-2022; Pix em números e o futuro do Pix. Ainda são apresentadas algumas curiosidades sobre o uso do Pix como, por exemplo, a maior transação realizada no período.

O relatório, e o Pix em geral, será o tema da Live BC dessa segunda (04/9), às 14h, no canal do banco no YouTube. O entrevistado vai ser o diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, Renato Dias de Brito Gomes.

Parceria do MJSP com Banco Central auxilia investigações de crimes

Resolução que institui procedimentos para acesso de entes públicos aos dados cadastrais vinculados às chaves Pix

Entra em vigor, nesta sexta-feira (1/9), a [Resolução BCB nº 338](#), publicada pelo Banco Central (BC), que institui procedimentos para acesso de entes públicos aos dados cadastrais vinculados às chaves Pix armazenadas no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT). Também foi divulgado regulamento para adesão dos interessados. A iniciativa é fruto da articulação institucional promovida pela Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em parceria com o BC.

A Resolução estabelece os procedimentos para que as autoridades competentes tenham acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais para apurar irregularidades em que o titular dos dados estiver envolvido, quando houver consentimento do interessado ou quando estiver presente outra hipótese legal autorizativa. Assim, a autoridade competente deve assegurar o devido tratamento às informações obtidas, preservando o sigilo eventualmente incidente.

Em meados de 2022, o tema do acesso às informações das chaves Pix ganhou relevância entre as unidades de laboratórios que integram a Rede-Lab. Foi então iniciado um diálogo com o BC que possibilitou harmonizar as necessidades de acesso dos dados vinculados às chaves Pix com as possibilidades jurídicas e tecnológicas para a disponibilizar as informações. O acesso a estes dados auxiliará em investigações de esquemas de lavagem de dinheiro e outros crimes que se valem de transferências financeiras feitas por meio do Pix.

Rede-Lab

A Rede-Lab é um programa de articulação institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), coordenado pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), da Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), composto por mais de 60 órgãos, contemplando todas as Polícias Judiciárias e Ministérios Públicos do Brasil além de órgãos parceiros.

“O PIX é um instrumento legal e confiável que facilita a vida diária dos brasileiros. Mas como outros serviços financeiros eletrônicos, acaba sendo utilizado por criminosos para movimentações financeiras instantâneas de valores oriundos de infrações penais de todo tipo, especialmente as fraudes eletrônicas, também conhecidas por golpes virtuais ou golpes na internet. A vantagem do

Pix é contar com um diretório centralizado de informações cadastrais que permite rápido acesso a informações que ajudam no combate ao crime. Atenta a isso, a Rede-lab conduziu tratativas com o Banco Central que, sensível ao tema, publicou a Resolução BCB nº 338 que agora entra em vigor e será de grande importância no combate a estes crimes.” disse o secretário Nacional de Justiça, Augusto de Arruda Botelho.

“A Rede-LAB foi importante para organizar a demanda dos órgãos e coordenar as discussões com o BC sobre como utilizar as características tecnológicas únicas do Pix para ajudar os órgãos de segurança no combate ao crime. Destaco que a novidade não representa qualquer tipo de interferência do poder público nas informações financeiras privadas dos usuários do Pix. Os dados das transações do Pix, como transferências, compras e saques, protegidos pelo sigilo bancário, não serão abrangidos pela funcionalidade.”, afirma o diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do BC, Maurício Costa de Moura.

Fonte: [BCB](#), em 01.09.2023.